

Compromisso com o trabalho

É claro que reconhecemos que há muito ainda a fazer para que obtenhamos a plena satisfação de nossos companheiros. Mas é para isso que estamos aqui. Um grupo eleito por seus pares para representá-los e trazer as vitórias tão esperadas como a progressão funcional dos técnicos e analistas da Câmara dos Deputados, além da regulamentação do adicional de especialização, disposto na Lei 11.335, de 2006.

Sejam os quintos dos servidores do Tribunal de Contas da União, a luta pela situação dos servidores comissionados, a homogeneidade no tratamento dos colegas do Senado em relação à instituição do ponto biométrico... tudo isso faz parte de nossa pauta de trabalho. Conciliando o diálogo respeitoso com as administrações e a capacidade argumentativa da entidade para sobrepujar tudo aquilo que vai ao encontro do interesse maior daqueles que representamos.

Prova de nosso compromisso pode ser constatada no encontro histórico que promovemos na última semana de março. Em São Paulo, eu, o diretor jurídico José Carlos de Matos e os advogados responsáveis pela ação da URV estivemos em São Paulo, na 11ª Vara, para chegar ao consenso tão esperado. Mas não foi uma reunião comum. Conosco, além do chefe da Assessoria Técnica da Diretoria Geral da Câmara, Lúcio Lopes, lá estiveram os precursores da ação, Mauro Dantas, José Machado de Freitas e Ezequiel Nascimento, além do presidente reeleito da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Câmara – ASA-CD-, Roberto Guimarães, que representou, com muita emoção, os herdeiros de mais de 500 colegas falecidos, que durante o transcurso de quase vinte anos da ação não chegaram a ser contemplados por um direito confirmado em juízo, e agora homologado e com previsão de pagamento nos próximos meses.

Nesta edição do Jornal Legis, os nossos amigos poderão acompanhar um pouco de nossa batalha diária. Aproveito para fazer um apelo para que continuemos trabalhando em união, pois somente ela garantirá a distribuição justa de nossos direitos e a consolidação de nossas reivindicações.

Assim, venceremos todos os obstáculos!

Forte abraço! Nos vemos nos corredores!

Nilton Paixão
Presidente do Sindilegis

Foto: LAR



Estamos a algumas semanas de completar o primeiro ano de gestão à frente do Sindilegis. Desde o início, sabíamos que uma árdua tarefa nos aguardava. Afinal, entre os nossos filiados estão mais de 12 mil servidores que, mensalmente, contribuem para o fortalecimento de uma categoria que ultrapassa o número de 40 mil colegas, distribuídos pela Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União.

Ao longo desse período muito temos feito. Sem vaidades, sem publicidades, nos preocupamos em agir para que antigos anseios dos servidores sejam finalmente alcançados. Esse é o nosso verdadeiro papel, além de ver os direitos trabalhistas de todos serem devidamente reconhecidos, instaurar a prática da boa convivência e da disseminação do bem-estar por meio de eventos sociais e culturais que são, também, prioridades de uma entidade que naturalmente passa por inúmeras cobranças de seus filiados.

Em 2010, desde que assumimos o comando da entidade, fomos transpondo obstáculos e consolidando, em justiça, os nossos direitos. Mesmo com a turbulência do processo eleitoral que fora realizado em todo o país, fomos vitoriosos na aprovação dos Planos de Carreira da Câmara e do Senado.

Triênio - 2010/2013 Diretoria Executiva

Nilton Rodrigues da Paixão Júnior

Presidente

Valéria Rodrigues Motta

1º Vice-presidente (licenciada)

Lucieni Pereira da Silva

2º Vice-presidente

Hamilton Costa de Almeida (Pardal)

Secretário-geral

José Carlos de Matos

Diretor Jurídico

Jerônimo Mariz Medeiros

Diretor Financeiro

José Dantas Pimentel

Diretor Financeiro-Adjunto

Edimar Teixeira da Silva

Diretor Administrativo

Maria Elisa Siqueira de Oliveira

Diretora de Aposentados e Pensionistas

Márcio Hudson de A. Figueiredo

Diretor de Comunicação Social

Aníbal Moreira Júnior

Diretor de Relações Institucionais

Henrique Moraes Ziller

Diretor Social

Francisco Chagas P. Silva (Boró)

Diretor Cultural

Demeral de Lima e Souza

Diretor de Meio Ambiente

Giovana Dal Bianco Perlin

Diretora de Igualdade de Gênero

Simone Maria Barbosa Ferreira

Diretora de Órgãos Regionais

Alison Aparecido Martins de Souza

Diretor Esportivo

Ângelo Bôsko Machado de Andrade

Diretor de Servidores Comissionados

Suplentes da Diretoria Executiva

Antônio Gois Cella, Eder Rodrigues da Silva, Erivan Carlos de Carvalho e Tiago Merheb Gonçalves Andrade

Membros Efetivos do Conselho Fiscal

Marinalvo Gomes de Araújo, Conrado Vargas Neto, Isabel Cristina Reis Sousa, Wederson Osmar Moreira e Wellington P. de Oliveira

Suplentes do Conselho Fiscal

Nazareno Caetano Vasconcelos, Amado Marques da Costa Junior, Olavo de Souza Ribeiro Filho, Heloisa Lustosa de Oliveira e Luiz Antonio Souza da Eira.

Ele mudou. Cores diferentes, novo projeto gráfico. O Jornal Legis, em sua centésima primeira edição, está de “cara nova” para levar aos servidores da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União matérias de interesse, apinhado de informações relevantes sobre as batalhas e conquistas em busca de direitos trabalhistas, qualidade de vida, sem deixar de lado a importância dos trabalhos social e cultural desempenhados pelo Sindilegis.

As quinze diretorias – incluindo a presidência, vice-presidências e secretaria-geral-, por meio dos servidores que gerem o Sindicato, são as verdadeiras responsáveis por cada linha das edições de nossos jornais, notícias no portal na web e demais publicações. E nesta edição não foi diferente. Por meio do trabalho dos diretores, de suas articulações e ideias, finalmente a publicação ganhou forma e pode sair diretamente do “forno” para as mãos da categoria.

Lembramos ainda que, assim como o servidor tem grande importância para construção e consolidação da entidade, a sua colaboração constante – seja por e-mail, ligações, entre outros meios – também permite à equipe de Comunicação Social do Sindicato conhecer os anseios e as preocupações dos filiados, além de envolver-se na confecção de cada matéria veiculada.

Certamente, esta é apenas mais uma entre tantas edições do Jornal Legis que virão nos próximos meses e anos. Por isso, não deixem de contribuir com perguntas, comentários, críticas ou sugestões de pautas. Este espaço é todo seu!
(imprensa@sindilegis.org.br)

Tenha uma ótima leitura!

Publicação mensal do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União - N. 101 - março/abril de 2011 - Edição: Ada Suene. Reportagem: Ada Suene, Aline Dias Paz Rogers, Edyana Mascarenhas, Tiara Rubim. **Estagiário:** Patrick Saint Martin. Projeto gráfico e diagramação: Juliana Duarte. Capa: Juliana Duarte e Willyam Júnior. Foto da capa: André Oliveira. Revisão de textos: Ronaldo Farias. Tiragem: 12 mil exemplares.

Endereço: SAS Qd6 BIK Ed. Belvedere, 7º andar.
CEP.: 70070-915. Brasília/DF. Telefone: (61) 3214-7300
E-mail: sindilegis@sindilegis.org.br
Portal: www.sindilegis.org.br

Sindilegis em plena expansão

Imagine estar em uma única localidade e, ali, poder ser atendido por um advogado, em seguida ir à consulta odontológica e de quebra ainda praticar algum esporte. Proporcionar serviços variados aos filiados é a proposta Centro de Assistência Social – o CAS, uma extensão do Sindilegis, criado há cerca de dois meses, e com previsão de inauguração em setembro – quando a reforma pela qual está passando termina.

Segundo o diretor administrativo do Sindilegis, Edimar Teixeira, a ideia da criação do Centro surgiu da necessidade de expandir o atendimento odontológico e jurídico. O CAS, que dispõe de 7.000 m², próximo à L2 Sul, deve partilhar o espaço físico com outras entidades e associações por meio de uma parceria histórica. A medida trará comodidade ao servidor.

“Conversávamos eu, o presidente Nilton Paixão e o diretor jurídico José Carlos sobre como iríamos resolver as principais queixas de filiados. A maioria delas estava relacionada à demora em agendar consultas na Odontolegis ou à dificuldade em estacionar próximo à sede. Então, veio o CAS para fornecer toda a infraestrutura de atendimento aos filiados”, explica Edimar.

O diretor ressalta que o CAS não é clube, nem tem esse objetivo. “Quando alugamos o espaço, percebemos que poderíamos sublocar dependências que ficariam ociosas, como as piscinas e os ginásios – isso impediria um custo adicional, além de gerar renda. Cada ginásio, por exemplo, está alugado por R\$ 80,00 a hora. O dinheiro arrecadado é todo revertido para o custeio do Centro. Considero a proposta do CAS audaciosa, mas viável, já que se insere nas atividades típicas do sindicato”, afirma.

“
Considero a proposta do CAS audaciosa, mas viável, já que se insere nas atividades típicas do Sindicato

Foto: Tiara Rubim



Edimar Teixeira da Silva, Diretor Administrativo

Em relação aos custos, o diretor justifica que mesmo contabilizando um pequeno acréscimo para o Sindicato, a expectativa é que o CAS brevemente possa se sustentar. “A sala do 5º andar será alugada e isso vai gerar receita, que vai fortalecer ainda mais o CAS. Sem contar que só o fato de a redução de filas e o acréscimo no número de atendimentos na Odontolegis e Consulegis serem o verdadeiro saldo positivo”, defende.

Atualmente o CAS oferece ginásio para a prática de esportes, parceria com academia de ginástica Body Action e com a escola de natação Espaço 16. Os filiados podem desfrutar dos serviços com descontos de 20%. Há ainda salões para eventos com capacidade para 400 e 100 pessoas. (EM)



Foto: Thiago Alves



Foto: Thiago Alves

Juíza homologa valores da URV

Critérios para pagamento serão adotados para Câmara e Senado



Encontro histórico marca desfecho da ação da URV

Para superar, finalmente, a ação da URV em relação aos servidores da Câmara dos Deputados, o Sindilegis agiu mais uma vez de forma eficaz e eficiente. O presidente da entidade, Nilton Paixão, acompanhado do diretor jurídico, José Carlos de Matos, e dos advogados do Sindicato, Dr. Amário Cassimiro e Dr. Pádua Ribeiro – ministro aposentado do Superior Tribunal Justiça -, esteve na última semana de março, dia 28, na 11ª Vara de São Paulo, para obter da juíza Dra. Regilena Fukui, responsável pela condução dos autos, a homologação do acerto de contas entre a Advocacia Geral da União, o Sindicato e a Câmara para que sejam emitidos os precatórios e as RPVs (Requisições de Pequeno Valor) em favor dos servidores da Casa.

Segundo Nilton Paixão, o processo foi ultimado e os critérios para os pagamentos foram estabelecidos e homologados e, na sequência, encaminhados para o desfecho da ação que tramita há quase duas décadas. “Não há mais razões para postergar um direito que já transitou em julgado. A União cumpriu o seu papel institucional, restando apenas a oficialização do pagamento que é direito antigo dos servidores”, afirmou o presidente.

Diferente de outras reuniões vivenciadas pela magistrada, essa foi um encontro histórico. Os atuais gestores proporcionaram ao ex-presidente do Sindicato, o servidor do Senado Mauro Dantas, que deu início à ação, e José Machado de Freitas, o Machadinho, que foi seu diretor jurídico, à época, em uma de suas gestões (entre 1991 e 1999), a oportunidade de participar do desfecho, sendo continuada pelo também ex-presidente Ezequiel Nascimento em sinal de respeito a atitude precursora de seus antecessores.

“Nossa bandeira é a união. Estamos vencendo mais essa batalha, mas também devemos reconhecer o trabalho daqueles que a principiaram em nosso favor”, ressaltou o diretor jurídico José Carlos de Matos, destacando que os critérios adotados em favor dos servidores da Câmara serão também levados para o cálculo dos montantes relativos aos colegas do Senado Federal. “Não iremos descansar até que todos tenham sido devidamente contemplados. Sabemos que há muitos servidores com idade avançada, que aguardam receber os seus direitos, já por tanto tempo adiados. Cumpriremos com o nosso dever e continuaremos a defender a categoria de forma igualitária. A URV deve alcançar a todos os nossos filiados”, frisou.

Também esteve presente à ocasião, Roberto Guimarães, presidente reeleito da Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Câmara (ASA –CD), que esteve acompanhando

desde o princípio os trabalhos da diretoria do Sindicato. “Antecipadamente, em nome dos idosos e dos herdeiros de mais de 500 falecidos, agradecemos à Dra. Regilena pela boa vontade, na resolução definitiva dessa ação. Vale lembrar que o fechamento desta vitória reúne vários momentos históricos das entidades. Mas, sem dúvida, a proatividade do Sindicato nestes últimos momentos foi fundamental para obtermos o êxito tão aguardado”, afirmou Guimarães.

“Estamos atentos, em especial, à situação dos servidores do Senado, aos quais reafirmamos o compromisso de adensar a luta em defesa dos nossos direitos”

Nilton Paixão também reconhece e tributa o desfecho favorável do trabalho ao diretor da Assessoria Técnica da Diretoria Geral da Câmara, Lúcio Henrique. “Ele não poupou esforços para aproximar a AGU à Câmara e ao Sindilegis. Trata-se de um trabalho e de uma vitória de equipe, que mais uma vez reforça a importância da união e do empenho de toda a categoria para a conquista e defesa de nossos direitos”, afirmou o presidente.

A atual diretoria garante que continuará honrando o trabalho conferido pelos colegas da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas da União. “Estamos atentos, em especial, à situação dos servidores do Senado, aos quais reafirmamos o compromisso de adensar a luta em defesa dos nossos direitos”, conclui o presidente Nilton Paixão. (AS)

54ª Legislatura muda diretores

No dia 1º de fevereiro de 2011, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados iniciaram os trabalhos da 54ª Legislatura com a posse dos 513 deputados e 54 senadores. Ainda naquela data foram eleitas as Mesas Diretoras das duas Casas Legislativas. No Senado, o então presidente da Mesa, José Sarney (PMDB/AP), permaneceu no cargo – afirmando ser esta a última vez no comando. Já na Câmara, o deputado Marco Maia (PT/RS) assumiu a presidência dos trabalhos. Dias depois da eleição dos novos presidentes, servidores foram indicados para assumir funções importantes na administração do Congresso.

DIRETORIA GERAL - DG

Senado: No Senado, o presidente José Sarney (PMDB/AP) decidiu trocar o diretor-geral da Casa. O cargo, antes ocupado por Haroldo Tajra, agora tem no comando uma mulher: Dóris Marize Peixoto – até então diretora de Recursos Humanos.

SECRETARIA GERAL DA MESA - SGM

Senado: Psicóloga, bacharel em Letras e Direito, a servidora Cláudia Lyra, que desde 2007 é a secretária-geral da Mesa, continua no cargo na 54ª Legislatura.

Câmara: Sérgio Sampaio foi empossado para o cargo de secretário-geral da Mesa Diretora. Ex-diretor-geral, o novo secretário substituiu Mozart Vianna de Paiva, que ocupou o cargo por cerca de 20 anos.

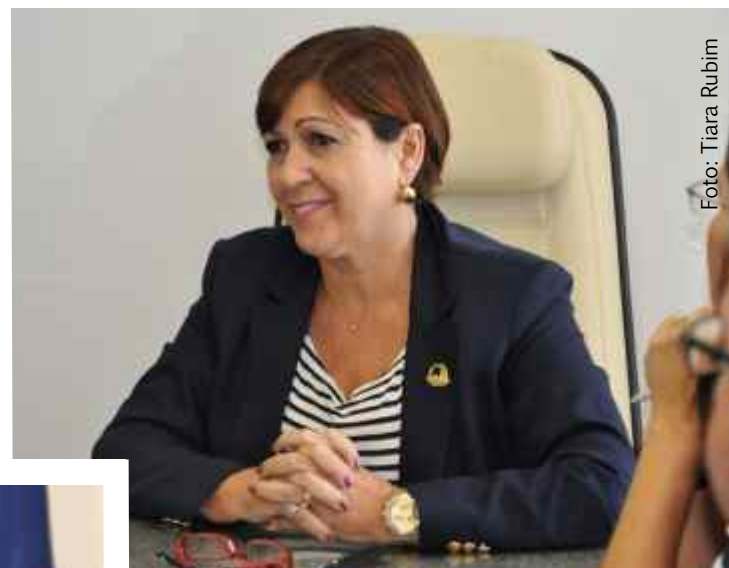


Foto: Tiara Rubim

DIRETORIA GERAL - DG

Câmara: Para o cargo de diretor-geral, o deputado Marco Maia nomeou Rogério Ventura Teixeira, que foi diretor do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara (CEFOP) por seis anos e ocupa função no lugar de Sérgio Sampaio.



Foto: Aline Paz Rogers

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA

Câmara: O servidor Manuel Alves, que no último ano foi assessor técnico da 1ª vice-presidência da Casa, foi nomeado diretor do Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados. Por mais de cinco anos Manuel Alves exerceu diversas funções no DEPOL.

Senado: O cargo de diretor da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal continua a ser exercido por Pedro Ricardo Araújo Carvalho

COMUNICAÇÃO

Câmara: A nova diretora da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados é Sueli Navarro. Formada em Comunicação pela UnB, Sueli foi por sete anos diretora da TV Câmara. Nos últimos dois anos, exerceu a função de presidente do Comitê Gestor da TV Digital da Câmara.

Senado: A Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal continua sob a tutela de Fernando Cesar Mesquita. O órgão é responsável, entre outras coisas, pela TV e Rádio Senado. O servidor que ocupa a função desde 2010, substituindo Ana Lúcia Novelli, já esteve no cargo na primeira gestão de Sarney, a partir de 1995.

PRODASEN

A nova diretora da Secretaria Especial de Informática é Cláudia Lopes Nogueira. Após ser empossada, a servidora, que já atua no PRODASEN desde 1992, reuniu os colegas do órgão para apresentar os novos dirigentes e as diretrizes para 2011.

ILB

A diretoria do Instituto Legislativo Brasileiro continua a ser comandada por Carlos Roberto Stucker. O ILB, fundado em 1997, é o centro democrático de capacitação técnico-profissional voltado a servidores públicos de todas as esferas e agentes do Poder Legislativo, inclusive a parlamentares.

INTERLEGIS

O novo diretor da Secretaria Especial do Interlegis é Haroldo Tajra. Ex-diretor-geral da Casa, Tajra assumiu as funções de Alexandre Girão. A SINTER é responsável pela execução do programa de modernização das Casas Legislativas brasileiras, numa parceria do Senado Federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. (EM)

“

“O governo federal deveria se preocupar com desvios, com o dinheiro que sai do Brasil e vai para a Suíça, porque o dinheiro do salário dos servidores entra diretamente na economia”

”

O deputado Policarpo (PT/DF), servidor público e ex-dirigente sindical, também registrou seu apoio. “A população precisa de um Legislativo e de um Judiciário fortes, de educação de qualidade, saúde, segurança. Mas só é possível ter todos esses serviços com servidores públicos qualificados, profissionalizados e, acima de tudo, valorizados pelo próprio Estado”.

A manifestação foi precedida por reuniões preparatórias com integrantes de entidades participantes. O Sindilegis foi representado pela 2ª vice-presidente, Lucieni Pereira. O presidente da Confelegis, Antônio Carlos Fernandes, também participou da preparação e resumiu o significado do PLP 549 em duas palavras: “erro brutal”. “O governo federal deveria se preocupar com desvios, com o dinheiro que sai do Brasil e vai para a Suíça, porque o dinheiro do salário dos servidores entra diretamente na economia”.

Na Câmara

Na Câmara dos Deputados, o PLP 549 foi rejeitado, por unanimidade, na Comissão de Trabalho e Administração do Serviço Público (CTASP) em maio passado. Na Comissão de Finanças e Tributação, a então relatora da proposta de lei complementar, deputada federal Luciana Genro (PSOL-RS), apresentou parecer pela rejeição da matéria. Mas devido a uma manobra dos parlamentares da base do governo, a apreciação do parecer ficou pendente.

Como Luciana Genro não foi reeleita, o projeto tem novo relator: o deputado Pepe Vargas (PT/RS). O parlamentar tem a discricionariedade de apresentar novo parecer. O Sindilegis vem tentando marcar uma audiência como deputado.

A carta aberta do Sindilegis para o recolhimento de assinaturas eletrônicas de pessoas contrárias à proposta continua valendo. Para participar do abaixo-assinado, basta acessar o banner “Não ao PLP 549/09” localizado no lado direito do portal do Sindicato na internet. (APR) (www.sindilegis.org.br).

Entidades participam de audiências durante a Marcha Nacional contra a MP 520

No instante final do segundo mandato, o presidente Lula editou Medida Provisória nº 520, de 31 de dezembro de 2010, com a finalidade de autorizar o próprio Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S/A (Ebserh). A entidade de natureza privada, segundo o texto da medida, funcionará como uma espécie de “central” dos hospitais-escola de 45 universidades federais, entidades autárquicas dotadas de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial segundo preceito constitucional.

Desde a sua edição, a MP 520 causa polêmica e desperta a atenção de diversos segmentos da sociedade. A diretoria do Sindilegis tem participado do debate por meio de seminários e audiências com o objetivo de alertar os riscos da medida não apenas para as áreas de saúde e de educação, mas para o processo orçamentário e o exercício do controle externo a cargo do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União.

Audiências

Enquanto uma multidão de mais de cinco mil servidores deu o tom da Marcha Nacional na Esplanada dos Ministérios contra a MP, um grupo integrado por especialistas participou de audiências no TCU, no Senado Federal e na Procuradoria-Geral da República (PGR). Nos encontros, foram entregues documentos técnicos produzidos por especialistas em direito, saúde, educação e finanças públicas - dentre eles Nilton Paixão e Lucieni Pereira -, além da Moção em Defesa da Frente Parlamentar do SUS e Manifestos Coletivos reunindo argumentos que apontam a inviabilidade jurídica da MP.



O promotor Jairo Bisol, o presidente do Sindilegis, Nilton Paixão, a segunda vice-presidente da entidade, Lucieni Pereira, o procurador da República André Stefani Bertuol, a representante do MCCE Jovita Rosa foram recebidos pela vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, ocasião em que entregaram os documentos técnicos.



O senador Pedro Taques foi uma das autoridades que recebeu, além de representantes do Sindicato, os procuradores André Stefani Bertuol (República/SC) e Júlio Marcelo, procurador do Ministério Público junto ao TCU.

Ampliação do Debate

Durante o mês de março, o presidente do Sindilegis Nilton Paixão expediu uma série de Ofícios destinados a autoridades de instituições públicas, conselhos e parlamentares, apontando os riscos decorrentes da MP 520. Entre as respostas recebidas aos ofícios estão a do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante Junior, que considerou importante a participação da instituição e encaminhou a documentação para a Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB.

Da mesma forma, procedeu o presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT/RS), que determinou o envio de cópias do documento às Lideranças Partidárias. Com o objetivo de ampliar o debate sobre os desdobramentos da criação da Ebserh, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) promoveu o Seminário “Aspectos Jurídicos, Econômicos e Sociais da MP 520”, realizado nos dias 5 e 6 de abril na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília. A organização do evento contou com apoio da ESMPU, Ampasa, da Ampcon, da Audicon, do Fonacate, do Sindilegis e da Unasus.



Ao comporem a mesa de debate do Seminário, os deputados João Ananias, Danilo Forte e Darcísio Perondi, junto à Lucieni Pereira, impulsionaram a discussão

O respeito à ordem jurídica foi igualmente o mote do discurso do deputado João Ananias (PCdoB/CE), que é médico. "A MP 520 comete um atentado contra a ordem jurídica. Não se cria uma empresa do nada, que vai incorporar bens móveis e imóveis das universidades. Eu tenho medo desta MP, criada da noite para o dia, sem dizer a que veio. A minha posição é de defesa das universidades".



Foto: arquivo pessoal

Servidores do TCU (SECEX)

O Sindicato também patrocinou a participação de cinco servidores das Secretarias Regionais de Controle Externo (Secex) do TCU: Francisco de Assis Martins Lima (Maranhão); Robson da Silva Chagas (Rio de Janeiro); Célio da Costa Barros (Rio Grande do Norte); Nara Pinheiro Da Silva (Pará); e David Levistone da Silva e Souza (Goiás)

Durante a abertura do Seminário, a subprocuradora-geral da República e titular da PFDC, Gilda Pereira de Carvalho, destacou a importância de discutir os efeitos da MP 520 com parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil. "O debate acerca dessa medida provisória é de grande relevo, visto que objetivamos trilhar o caminho de uma saúde e educação universal, como preconiza a Constituição", observou.

Para o senador Taques a MP transforma a saúde em alvo de lucro. "Ora, o lucro deve ser social e a proposta do governo não caminha nesta direção. Eu assumo o compromisso de defender saúde pública de qualidade e universal", afirma



Foto: Aline Paz Rogers

A subprocuradora-geral da República Gilda Carvalho defendeu a saúde do ponto de vista constitucional

O deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS) pontuou alguns números: há 12 anos, o governo gastava 1,7 bilhões em saúde. Hoje, a cifra continua igual, mesmo com o crescimento do PIB e da população brasileira. Ele fez outra comparação: em 2000, gastava-se R\$ 10 com o SUS de cada R\$100 arrecadados. Hoje, o valor caiu para menos de R\$ 7. Ele acredita que existam alternativas à criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

O segundo dia do evento contou com a participação do ministro do TCU, Ubiratan Aguiar, que compartilhou a sua experiência na elaboração do Capítulo da Educação durante a Constituinte de 1988. Para o ministro, o artigo 207 da Lei Fundamental impõe a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, como meio de qualificar a formação acadêmica.

Danilo Forte é o relator da MP 520



Foto: Aline Paz Rogers



Foto: UNASUS



Foto: UNASUS

Wéder de Oliveira, ministro substituto do TCU e ex-consultor de orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, focou sua exposição com tema "Transparência, eficiência e accountability legislativas". O ministro Ubiratan Aguiar também levou suas impressões sobre o texto da medida durante o evento. O ministro substituto do TCU Marcos Bemquerer também compôs a mesa como debatedor.



Foto: Aline Paz Rogers

Da tribuna, Senador Pedro Taques diz que a MP 520 fere a Constituição

Lucieni Pereira apresentou o Painel III como especialista em finanças públicas. Em sua exposição, a representante ressaltou diversas impropriedades de ordem jurídica, econômica e fiscal identificadas na MP 520. Na sua avaliação, o cerne da questão está em como a Ebserh poderá prestar serviços públicos, universais e gratuitos, sob a forma de sociedade anônima.

Sérgio Andrea, membro da Comissão de Juristas instituída pelo Ministério do Planejamento para elaborar a minuta de anteprojeto de lei orgânica da administração pública, revelou inquietação com a instituição da Ebserh sob a forma de S/A. "As sociedades anônimas são forçosamente empresariais, desenvolvem atividades econômica com fins lucrativos. Dessa forma, essa nova empresa pública pode passar a aceitar sócios, tornando-se pluripessoal", afirmou.

Luis Carlos Palacios, vice-presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e presidente da União dos Advogados Públicos Federais (Unafe), expôs os riscos da Emenda 40. "A Constituição estabelece claramente que a única forma de acesso permanente ao serviço público é por meio de concurso.

A Emenda 40 burla esse dispositivo da lei maior e pode gerar um precedente perigoso para a União e para a saúde". Palacios também demonstrou preocupação com o deslocamento da representação judicial da União, a cargo da Advocacia-Geral da União (AGU), para o setor jurídico mantido pela Ebserh, ou até mesmo por advocacia privada contratada, em especial nas questões referentes aos serviços públicos de ensino e de saúde custeados com recursos do Tesouro Nacional, o que pode gerar passivos para a União sem o devido controle exercido pela advocacia pública a cargo da AGU.

Também participaram dos painéis, como expositores e debatedores, o ministro substituto do TCU Marcos Bemquerer, o procurador do Ministério Público de Contas no TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, os procuradores do MPF André Stefani Bertuol, Marlon Weichert, Oswaldo José Barbosa Silva, o subprocurador-geral da República Antônio Fonseca, o representante do Conselho Federal da OAB, Claudio Pereira Neto, o Presidente da Comissão de Saúde da OAB-CE, Ricardo Madeiro, o desembargador e Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, Marcus Faver, o Reitor da UFRJ Aloísio Teixeira, dentre outros especialistas e representantes.

Câmara inicia pagamento de horas extras atrasadas

O final do mês de março trouxe uma excelente notícia para os servidores da Câmara dos Deputados: a Casa começou a pagar as horas extras retroativas. O fato ganhou destaque no jornal O Estado de S. Paulo do dia 23 de março: "o pagamento atende a uma antiga reivindicação do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e Tribunal de Contas da União", escreveu a publicação.

Motivada por um requerimento do Sindicato, a Casa mudou o entendimento do cálculo das horas extras das sessões noturnas. A base utilizada pela Câmara era a jornada de trabalho de 240 horas mensais. Na realidade, conforme argumentação do Sindicato, o cálculo deveria ser feito sobre 200 horas trabalhadas, como já acontece no Judiciário.

Em janeiro deste ano, a Câmara publicou um despacho no Boletim Administrativo, assinado pelo então diretor-geral Sérgio Sampaio, reconhecendo a legitimidade do pleito do Sindilegis e autorizando a adoção do divisor de 200 horas para o cálculo de horas extras trabalhadas pelos servidores. O requerimento do Sindilegis visando à adoção do mesmo cálculo para os servidores do Senado foi protocolado na Casa à mesma época daquele da Câmara. A Diretoria do Sindicato continua em negociação incansável com a direção do Senado, para que o pagamento possa ser feito nos mesmos moldes da Câmara. (APR)

Sindilegis informa sobre a liquidação da sentença da URV dos servidores da Câmara

O Sindilegis, junto a todos os servidores da Câmara dos Deputados, comemora a vitória judicial da ação da URV. O processo histórico iniciado junto ao Poder Judiciário em 1997 chega ao fim, com a liquidação da sentença para o pagamento referente aos juros do processo, referente ao resíduo dos 11,98%.

Como será o pagamento?

Primeira forma:

Por meio de RPVs (Requisições de Pequeno Valor) a serem emitidas aos servidores que possuem o crédito a receber de até 60 (sessenta) salários mínimos. O pagamento deverá ocorrer nos próximos meses.

Segunda forma:

Valores acima de 60 (sessenta) salários mínimos serão pagos a partir de janeiro de 2012.

O Sindicato alerta os servidores sobre boatos e propostas que começam a surgir nos corredores da Câmara. Por isso, a entidade preparou sua equipe para dar todas as informações necessárias aos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Cuidado! Não abram mão de seus direitos!

E atenção! Por questões de segurança, as informações deverão ser buscadas pessoalmente junto às unidades do Sindilegis:

Na Câmara dos Deputados, anexo I, 27º andar, sala 2705. Tel. (61) 3216-9834.

Na SEEP, térreo, sala 4040. Tel: (61) 3311-3798.

Na Sede do Sindilegis, SAS Quadra 6 Bloco K Ed. Belvedere, 7º andar-tel. (61) 3214-7300.

Diretoria Sindilegis



Servidores na mira da mídia

Foto: Banco de Imagens

Por Edyana Mascarenhas

Nascido em Uberlândia, interior de Minas Gerais, filho da escritora Martha Pannunzio, Fábio Pannunzio dedica-se ao jornalismo desde 1979, quando deixou Minas para estudar em São Paulo. Autor de reportagens históricas, Fábio iniciou a carreira em 1981, na Rádio Jovem Pan. Em 1984 migrou para a televisão. Trabalhou nas principais emissoras do país, entre elas SBT, Manchete e Globo.

Foi Fábio quem descobriu a rota de fuga do empresário PC Farias no Cone Sul, e localizou o paradeiro da fraudadora da Previdência Social Jorgina de Freitas na Costa Rica. Ele também foi o primeiro repórter de TV brasileiro a ser admitido pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), nos acampamentos, em plena selva colombiana. A experiência forneceu matéria-prima para o livro *A Última Trincheira*, lançado pela Editora Record em 2001.

Atualmente, Fábio Pannunzio reside em Brasília e faz a cobertura política para a Rede Bandeirantes de Televisão. E é sobre política que Pannunzio expõe abertamente o seu ponto de vista em relação ao funcionalismo público.

Jornal Legis - Qual a sua opinião sobre o trabalho desempenhado por servidores públicos dentro do Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União?

Fábio Pannunzio - Há três categorias bem distintas. Uma composta por servidores de carreira, admitidos via concurso que, em sua maioria, têm uma jornada árdua e exercem com bravura e competência seus ofícios; outra, por funcionários nomeados para cargos em comissão que efetivamente prestam serviços; e a terceira, a venal e venenosa, composta por funcionários fantasmas, preguiçosos e apadrinhados em geral que oneram a máquina pública e sobrecarregam os serviços.

JL - Qual a importância dos servidores públicos estarem preparados academicamente? Você acredita que atualmente eles têm se preparado mais, beneficiando a sociedade?

FP - É muito importante uma boa base acadêmica. Quanto maior a qualificação, mais ferramentas os gestores e os encarregados pela execução dos programas governamentais, em qualquer dos Poderes, terão para enfrentar e aprimorar os serviços públicos. Mas boas faculdades não bastam. É preciso estimular o funcionalismo a ir além, em busca de pós-graduações e de níveis superiores, para que tenham uma visão mais crítica de seu papel institucional e ajudem a aprimorar as interfaces com a população.

JL - A imagem do funcionário de repartição pública – burocrata, que pouco trabalhava, chamados barnabés – divulgada até o período anterior à Constituição de 1988, ainda persiste?

FP - Persiste, justificadamente. O barnabé não é a regra, mas ainda há muitos oportunistas abrigados sob o manto da estabilidade e do apadrinhamento. Nas Casas Legislativas, há verdadeiros disparates remuneratórios. A mesma coisa se repete nos estados e municípios.

JL - Você acha que o servidor legislativo 'paga um alto preço' perante a sociedade por trabalhar num local onde os escândalos são recorrentes?

FP - Acho que o servidor paga pelos erros que o funcionalismo comete em termos gerais. Que não são poucos. Muitas vezes, ele mesmo cria condições para a eclosão de escândalos. Há ainda um forte corporativismo permeando as relações, o que faz com que os bons funcionários sejam silenciados pelas más práticas.

JL - Você acredita que os concursos públicos devam ser prioridade, mesmo com o corte no orçamento da União?

FP - Acredito que contratar mediante concurso é o critério mais adequado. Bem melhor do que nomeações políticas e apadrinhamentos. Suspender concurso em face da conjuntura econômica, no entanto, não vai resolver todo o problema. Seria melhor que o governo reduzisse a taxa SELIC (um índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelo mercado se balizam no Brasil), e ofertasse menos pelo dinheiro especulativo que aporta por aqui.

“
É preciso estimular o funcionalismo a ir além, em busca de pós-graduações e de níveis superiores, para que tenham uma visão mais crítica de seu papel institucional e ajudem a aprimorar as interfaces com a população
”

Diretora pede apoio a ministros em processo de URV

A Diretora de Órgãos Regionais do Sindilegis, Simone Barbosa, reuniu-se, no início de março, com ministros do Tribunal de Contas da União para tratar do processo administrativo que estende a técnicos e auxiliares do Tribunal os efeitos do acórdão 217/2005. Este acórdão incorporou ao vencimento dos então Analistas de Controle Externo (hoje, Auditores Federais de Controle Externo), a parcela de 11,98% relativa à URV.

Simone Barbosa, servidora do TCU, é autora da representação, iniciada em 2005, que tem o Sindilegis como parte interessada. O processo requer que técnicos e auxiliares recebam a diferença equivalente à conversão da URV, no período de 2004 até a edição da Lei 11.950/2009 (atual plano de carreira do TCU). Segundo entendimento prolatado no acórdão, esses servidores só teriam direito à incorporação até a edição da Lei 10.930/2004 (antigo plano de carreira). A diretora do Sindilegis entregou cópias do processo e do memorial a cada ministro, elaborado pela entidade.

Ao chefe de gabinete do ministro relator Augusto Nardes foi entregue o original do memorial, solicitando que procedesse ao andamento do processo, uma vez que ele se encontrava para análise do Tribunal há quase seis anos.

Audiências

O primeiro ministro a ser visitado foi Valmir Campelo. “O Sindicato sabe perfeitamente que eu sempre defendi os servidores. Podem contar com minha colaboração”, reafirmou.

Em seguida, Simone Barbosa, acompanhada do diretor de Esportes do Sindilegis, Alison Souza, foi recebida pelo ministro Ubiratan Aguiar. Ele demonstrou solidariedade à reivindicação do Sindicato, assim como o ministro Raimundo Carreiro, que também recebeu os dois dirigentes sindicais.

Simone Barbosa reuniu-se ainda com o ministro Aroldo Cedraz. De posse da documentação, o ministro determinou a sua chefia de gabinete que procedesse à análise do pleito, reafirmando seu posicionamento em defesa dos interesses dos servidores da Corte de Contas.

Segundo Simone Barbosa, o Sindicato pretende ainda percorrer os gabinetes dos demais ministros com o mesmo propósito: buscar apoio e sensibilizá-los quanto à questão. (APR/TR)



Segedam recebe minuta de plano de carreira dos servidores do TCU

No dia 21 de março, o presidente do Sindilegis, Nilton Paixão, os diretores Márcio Hudson (Comunicação) e Alison de Sousa (Esportivo), além do diretor da Auditar, Almir Serra Neto, foram recebidos pelo Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União, Fernando Eira. Durante a reunião, pontuada por assuntos de interesse dos servidores, os dirigentes sindicais entregaram ao gestor a minuta de atualização do Plano de Carreira dos servidores do TCU.

“O novo plano foi feito em conjunto, levando em consideração as diversas nuances peculiares aos servidores da Corte de Contas. Buscaremos, a partir de agora, apoio dos ministros para que a matéria tenha tramitação rápida e consigamos mais esse êxito em prol de nossos colegas do TCU”, afirmou Nilton Paixão.

O secretário Fernando Eira acolheu a solicitação do Sindicato e informou, prontamente, que verificaria a disponibilidade da agenda da Comissão de Coordenação Geral, ligada à presidência, para que o documento passe por uma análise e seja encaminhado para o início da tramitação na Casa.

Outro item lembrado no encontro foi a Gratificação de Desempenho dos aposentados. Segundo o secretário, para o pagamento do passivo, a previsão de valores deve estar compatível com o orçamento de 2012. O grupo também falou sobre o anseio de servidores que estão aguardando um posicionamento da Casa quanto à mudança de padrão, devido às alterações nos planos de carreira dos concursados desde 2001.

Mais um tópico discutido foi em relação ao ressarcimento de despesas relativas à saúde. Os diretores do Sindilegis e da Auditar pedem que o TCU acompanhe os valores de mercado, passando de 20% para 40% a taxa de compensação em tais despesas.

Sobre o processo administrativo que visa a estender a técnicos e auxiliares da Casa os efeitos do acórdão 217/2005, que incorporou ao vencimento dos então Analistas de Controle Externo - atuais Auditores Federais de Controle Externo-, a parcela de 11,98% relativa à URV, o secretário informou que os autos estão na Consultoria Jurídica para nova apreciação. (AS)



Diretores levam pleito ao Ministro Ubiratan Aguiar

Supremo bateu o martelo: ficha limpa só em 2012

A luta do Sindilegis para que a Lei da Ficha Limpa fosse colocada em prática já nas eleições de 2010 chegou ao fim. Junto ao Movimento Contra a Corrupção Eleitoral (MCCE), a entidade esteve em prontidão aguardando a aprovação do pleito. Contudo, por seis votos a cinco, os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram que a Lei não tem efeitos sobre as últimas eleições, passando a valer apenas a partir de 2012, nas disputas pelas prefeituras municipais.

No entendimento dos magistrados que votaram contra a aplicação da Lei, as novas regras que tornam inelegíveis certos candidatos deverão respeitar o que preconiza a Constituição Federal em seu artigo 16: as leis que alterem o processo eleitoral têm validade somente após o seu manuseio e sua publicação.

Na Carta Magna, o princípio da anualidade prejudicou a expectativa de muitos brasileiros e dará muito trabalho aos tribunais regionais eleitorais, que deverão, obrigatoriamente, recontar os votos nas eleições proporcionais, acarretando a modificação de resultados.

O MCCE, apesar de ansiar por uma resposta diferente do STF, parecia prever o que aconteceria na votação e registrou em seu site um apelo para que a Lei vigesse de imediato. De acordo com a 2ª vice-presidente do Sindicato, Lucieni Pereira, o sentimento de frustração é muito grande, tendo em vista o propósito social da mobilização de diversas entidades e instituições a favor das novas regras. O projeto Ficha Limpa (hoje, LC 135/2010) conquistou 1,6 milhão de assinaturas de cidadãos em todo o país.

"Assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal transformou, em muitos aspectos, a fiscalização orçamentária do país, a Lei da Ficha Limpa seria um lenitivo para a sociedade que há tempos lida com uma administração política corrompida. A lei não tem caráter punitivo e, sim, trata de condicionantes ao cidadão que queira candidatar-se a cargos eletivos. Nada mais justo, pois quando falamos, por exemplo, em concursos públicos para o funcionalismo, os candidatos passam por diversas fases, incluindo a comprovação de uma vida pregressa idônea. Por que não os nossos políticos?", questiona a auditora federal de controle externo do TCU, Lucieni Pereira.

Indicação para o Supremo

Ainda em janeiro, o MCCE lançou o nome do juiz Márlon Reis - um dos principais idealizadores e articuladores da Ficha Limpa - à vaga deixada pelo ministro Eros Grau. O nome do magistrado foi ventilado por centenas de organizações da sociedade civil, dando legitimidade ao pleito encampado pelo MCCE. Como é bem conhecido, a presidente Dilma Rousseff anunciou o nome de Luiz Fux para a cadeira da Suprema Corte. E coube a ele decidir o futuro da aplicação da Lei.



Foto: Aline Paz Rogers

"Pela primeira vez na história do país, a sociedade civil se manifestou nesse âmbito e tinha um nome para o STF. Essa candidatura teve, na verdade, um significado muito importante, decorrente de uma grande mobilização em torno da Ficha Limpa. Queríamos que o Judiciário acompanhasse esse momento da sociedade, já que o nome veio das bases", considerou Lucieni.

Para Jovita José Rosa, diretora executiva do MCCE, a candidatura de Márlon Reis faz parte da construção de um sonho: o avanço do processo democrático no país.

"Se olharmos para trás, quando conseguimos aprovar há 10 anos a primeira lei de iniciativa popular, vemos que já avançamos bastante. Mas quando olhamos para o futuro, temos muito a fazer", considera.

Para Márlon Reis, a derrota no Supremo não enfraquecerá o movimento. Ele adiantou que o grupo deverá lançar novo projeto. "Iremos atacar um dos principais problemas do sistema eleitoral do país: o financiamento de campanha. Vamos buscar a democratização partidária, com novas formas de coleta de recursos, mudando o sistema eleitoral brasileiro", projeta o juiz.

MCCE é premiado pelo jornal O Globo



Jornal O Globo, publicado no dia 15 de janeiro de 2011

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) foi o grande vencedor do Prêmio Faz Diferença do jornal O Globo, na categoria País. O Sindilegis é uma das entidades parceiras do MCCE, grande responsável pelo lançamento da Lei da Ficha Limpa. A premiação homenageia brasileiros e organizações que contribuíram com seu trabalho para mudar o país.

Mas esse não foi o primeiro grande feito do MCCE: a organização foi a responsável pela primeira lei de iniciativa popular do país, que passou a prever a cassação de políticos por compra de votos (Lei 9840/1999).

O reconhecimento público foi anunciado em caderno especial dedicado ao prêmio no mês de janeiro e a sua entrega ocorreu em cerimônia no Rio de Janeiro, no mês de março.

O Prêmio está em sua oitava edição. Três jornalistas de cada editoria do veículo escolheram três indicados que se destacaram positivamente durante 2010 nas páginas do jornal. Os indicados de cada área foram submetidos a um júri, composto por cinco votos: os de três jornalistas, o dos vencedores do ano passado e o resultante da votação popular no site do jornal. (AS/APR)

As nove décadas de história da Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados foram celebradas em sessão solene na Câmara dos Deputados no dia 28 de março. Parlamentares, líderes associativos e sindicais, além de outras autoridades e servidores da Casa, lembraram o nascimento da entidade no Rio de Janeiro, na década de vinte.

A presidência da sessão ficou a cargo do deputado federal Policarpo (PT/DF), autor do requerimento da sessão solene. O parlamentar ressaltou o trabalho dos dirigentes da Ascade ao longo dos 90 anos da associação. "Trata-se uma instituição que tem história, que deriva do trabalho continuado de muitos dirigentes. É nesse espaço institucional que os mais de três mil sócios podem estabelecer laços de solidariedade", afirmou.

O presidente do Sindilegis, Nilton Paixão, compôs a mesa da solenidade e ressaltou a parceria entre sindicato e associação. "A Ascade está nos ajudando a concretizar um desejo: o de transformar o serviço público prestado na Câmara dos Deputados em modelo a ser seguido por todos".

Nilton também exaltou a história da associação: "A Ascade tem um passado de lutas e coragem

evidentes. E continua semeando mudanças, ao eleger a primeira presidente da entidade que foi o primeiro fórum de defesa de servidores dessa Casa". Também participaram da cerimônia a diretora de aposentados e pensionistas, Maria Elisa Siqueira de Oliveira, e o diretor jurídico, José Carlos de Matos.

A presidente da Ascade, Fátima Mosqueira, agradeceu o apoio recebido do Sindilegis. "Estamos caminhando com o Sindilegis e com a ASA-CD, representando com honra nossos servidores da Câmara, proporcionando qualidade de vida e valorizando a imagem do Legislativo", discursou. O presidente da ASA-CD, Roberto Guimarães, também enalteceu a parceria.

O senador Rodrigo Rollemberg saudou o aniversário da Ascade: "Nada melhor que uma entidade de 90 anos para demonstrar a força de uma organização social. A Ascade está presente em tudo que impacta na qualidade de vida do servidor da Câmara. Vida longa à Ascade!".

A Ascade foi fundada em 3 de março de 1921, no Rio de Janeiro, como Caixa Auxiliar dos Funcionários da Portaria da Câmara dos Deputados. Em 1959, mudou-se para Brasília e hoje congrega cerca de 3 mil filiados. (APR)

Sessão solene da Câmara homenageia

os 90 anos da Ascade



Foto: Aline Paz Rogers



Ilustração: Cerino

O sonho ainda não acabou

Entre os mais bem votados estavam os servidores do Tribunal de Contas da União, Henrique Ziller, que concorria a deputado distrital, e Wederson Moreira, deputado federal por Minas Gerais, que, mesmo dispondo de poucos recursos, souberam conquistar corações e mentes, contando respectivamente 4.456 e 9.090 votos. Ziller ficou perto de se eleger, mas não emplacou desta vez. Wederson está na suplência.

O Jornal também teve nomes de peso que conquistaram os cargos almejados. Rodrigo Rollemberg, que antes era deputado federal, atua agora no Senado. Agacieli Maia foi um dos deputados distritais mais bem votados e está na presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa do DF.

Dos 25 candidatos, 13 se tornaram suplentes, o que significa uma chance de ocuparem funções políticas e estarem à frente de grandes deliberações que afetam o servidor público.

Poder, prestígio, liderança. Muitas expressões podem vir à mente quando se fala em candidatos a cargos políticos. Difícil mesmo é lembrar o quanto perdem na vida pessoal aqueles que optam pela atuação política, ao engajar-se a partidos e coligações, com propostas que podem mudar para melhor a sociedade em que vivem, seja em seu bairro ou no Brasil inteiro. (AS)

Em setembro de 2010, o Sindilegis publicou uma edição especial do Jornal Legis, levando ao conhecimento dos filiados-eleitores os nomes de 25 candidatos a diversos cargos no processo eleitoral, todos servidores das três Casas. A publicação tinha a intenção de mostrar a cara desses colegas-candidatos perante a categoria, potenciais defensores das carreiras e da boa administração pública.

Uma vida sem privacidade, polêmicas, desafios e decisões difíceis espera aqueles que vencem nas urnas e passam a ocupar as cadeiras de deputados, senadores, governadores e presidente. Mas o que acontece com a expectativa de tantos que se embrenharam nessa luta e, apesar de não vencerem o processo, arrecadaram votos e levaram a mensagem de seus partidos a tantos eleitores?

O jornal saiu do prelo poucos dias antes do processo eleitoral e alguns servidores tiveram suas candidaturas indeferidas. Mas houve aqueles que surpreenderam nas urnas.

TV Globo comete injustiça contra servidora do Senado



Foto: LAR

De um lado uma instituição com toda a sua regulamentação administrativa e gerencial. De outro, o quadro de servidores que devem obedecer às regras determinadas oficialmente pelo órgão. No Senado Federal, também é assim que funciona. Entretanto, após a instalação dos pontos biométricos para o controle de acesso dos funcionários – no dia 1º de abril-, a Casa passou a ser visada de maneira insidiosa pela mídia. Nesta terceira perspectiva, a ideia dos jornalistas de plantão seria flagrar servidores que poderiam estar burlando o sistema de forma a beneficiar-se com atos irregulares.

Sob o argumento de uma matéria investigativa, a emissora Globo expôs servidoras do Senado Federal como pessoas delinquentes, de forma deliberada. Depois de um mês de trabalho, que incluiu seguir as funcionárias durante dias, concluíram, a partir de suas teses previamente elaboradas, que elas estariam acessando os pontos e retornando às suas casas, sem cumprir o expediente, nem desempenhando seus respectivos trabalhos.

Uma das servidoras acusadas chegou a ser procurada pela emissora, que produziu uma segunda matéria, na qual Edilenice Passos, bibliotecária na área de projetos, conseguiu fazer a sua defesa. "Com o museu em reforma, não havia condições para trabalhar. Por isso, o meu diretor me dispensou para que eu fizesse meu trabalho em

casa", explicou a servidora à equipe do Jornal Nacional.

Contudo, o mal já estava assentado, pois Edilenice teve sua imagem veiculada nacionalmente e ligada a uma situação delituosa antes mesmo de fazer a sua defesa, a qual, apenas na segunda matéria veiculada pelo Jornal, tanto ela, quanto o diretor, esclareceram, exatamente, os procedimentos adotados em função dos reparos no setor. "A reforma impedia a presença da servidora, em razão dos odores de tinta, poeira e entulhos. Não houve fraude como a alegada nas matérias publicadas. Hoje mesmo (5), protocolei um documento esclarecendo a situação e abri um processo, por meio de ofício enviado ao diretor geral, explicando a situação", reforçou o diretor do Museu da Casa, Paulo Lustosa.



Foto: Ada Suene

Os flagrantes ilustrados pela matéria na última sexta-feira (1º), já levou à instauração de processo de sindicância para apurar este e outros eventuais casos. Para Camila Bomfim, jornalista responsável pela produção da matéria, o objetivo era abordar procedimentos inidôneos. "Infelizmente, Edilenice, por coincidência, foi flagrada na situação em que esperávamos. Entretanto, consideramos que, no caso dela, o erro foi apenas de procedimento administrativo, o qual deveria ter sido aberto pela chefia. Ela não poderia bater o ponto, uma vez que não cumpria o expediente dentro da instituição", argumentou a jornalista.

“
**Não houve fraude como
 alegado nas matérias
 veiculadas pela
 emissora. Não havia
 condições para o
 exercício do expediente
 dentro do setor, por
 isso dispensei a
 servidora até o final da
 reforma do Museu**
 ”

Sindicato quer isonomia

O ponto biométrico foi oficializado no Senado Federal no dia 1º de abril, após um mês de funcionamento experimental. Os servidores, efetivos e comissionados, passaram a ter a obrigação diária de registrar a presença nos aparelhos coletores de impressões digitais, além de receberem novos crachás com chips implementados.

Segundo a regulamentação da Casa, o controle biométrico não será cobrado de diretores da Casa, ocupantes de funções comissionadas FC-05 e FC-04 e de cargos comissionados SF03. Os servidores que estão isentos do ponto constam do Portal da Transparência - aqueles em exercício nos escritórios de apoio, cuja frequência é controlada pelo gabinete parlamentar e atestada em sistema informatizado.

Mesmo assim, o Sindilegis requer a adoção isonômica do controle de frequência para todos os servidores, sem distinção de função, cargo ou setor.

"Defendemos o tratamento equânime entre todos os servidores da Casa. Não admitimos exceções de qualquer ordem: servidores efetivos, comissionados, secretariado parlamentar, inclusive os localizados fora de Brasília, além do corpo diretivo da instituição e qualquer servidor ocupante de função comissionada. Ponto para todos. Não existe moral administrativa, isonomia ou impessoalidade pela metade", afirma enfaticamente o diretor jurídico do Sindicato, José Carlos de Matos. (AS/ APR)

Para todas as formas, o ser humano busca uma saída. Até para a saúde, muito além da alopatia convencional, a medicina também tem mostrado seu lado alternativo. Os profissionais da área tratam como medicina complementar e incluem vitaminas, minerais, homeopáticos, suplementos alimentares, ervas, entre outros.

No Brasil, os especialistas em quiropraxia, naturopatia, fitoterapia, ganham cada vez mais adeptos. Pacientes portadores de doenças crônicas ou severas que vão desde uma renite até mesmo o câncer, cansados dos efeitos colaterais de muitos medicamentos tradicionais, buscam, em campos diversos, um meio para manter a qualidade de vida. “Por muitos anos sofri com

fortes dores de cabeça, sinusites, alergias e, por fim, desenvolvi depressão. Após idas e vindas a vários especialistas, descobri na medicina alternativa um caminho para o meu bem-estar. Hoje, me trato com a homeopatia, uso florais, faço massagem e hipnoterapia”, conta a estudante de biomedicina e também funcionária da Secretaria de Saúde do DF, Elisa Alencar.

Outras práticas também são comuns como a naturopatia, reflexologia, aromaterapia, medicina antroposófica, iridologia, cinesiologia, meditação, e um sem-número de possibilidades. Trazidas em sua maioria pela cultura oriental, a medicina asiática encontra resistência em muitos países. Inclusive no Brasil.

Do oriente ao ocidente, todos querem saúde

“Apesar da difusão desses métodos, procuramos orientar nossos pacientes para que continuem o tratamento convencional, uma vez que não há provas científicas da eficácia de tais terapias. Muitos chegam a ficar curados e creem que foi devido a sua disciplina em determinada escolha, como a adesão ao yoga. Mas logo são acometidos pela doença recorrente e, naturalmente, a decepção piora o quadro do paciente. Tudo deve ser feito com acompanhamento e não após uma decisão solitária do doente. A família deve se envolver para que ele alcance o melhor resultado que, sem dúvida, é a cura”, defende o médico clínico, Luiz Arantes. (AS)



Campeonato de Futebol Society

As bandeiras serão agitadas, a torcida vai berrar, gritar, comemorar. Os nervos irão à flor da pele, o lado competitivo dos servidores do Legislativo e TCU irá aflorar. Começará em breve o Campeonato Sindilegis de Futebol Society. O evento promete ser ainda mais acirrado que o de 2010 e está repleto de novidades.

A primeira grande novidade deste ano foram as inscrições realizadas pela internet, dando maior praticidade e agilidade aos participantes. Por lá, os futuros jogadores conseguiram incluir suas equipes preenchendo um rápido formulário sem sair de casa.

Por falar nas equipes, neste ano, o Campeonato foi dividido em duas categorias: adulto, com jogadores de 18 a 35 anos, e veterano, acima de 35.

Ambas as categorias serão formadas por servidores efetivos e comissionados da Câmara, Senado e TCU, familiares, além de autoridades convidadas. E já imaginou participar do Campeonato com uniformes personalizados? Essa é a terceira novidade. Os “mantos sagrados” terão as cores dos atuais times do Campeonato Brasileiro.

Os jogos serão sempre aos sábados, durante os meses de abril, maio e junho. A tabela e a classificação serão publicadas semanalmente no portal do Sindilegis, assim como os resultados de cada partida, que prometem ser clássicos do futebol legislativo.

Acompanhe e traga a sua torcida! (PSM)



Fotos: Imprensa Sindilegis

Fotos do Torneio Sindilegis de Futebol 2010





Seminário Desafios do Poder Legislativo recebeu mais de 700 participações

Servidores do Legislativo e público externo lotaram o auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados para participar do Seminário Desafios do Poder Legislativo, promovido pelo Sindilegis, em parceria com a Aslegis, Alesfe e Auditar, nos dias 21 e 22 de março. Ao todo, mais de 700 pessoas se inscreveram.

A programação contou com debates sobre os confrontos e os contrastes que os congressistas terão em vista nos próximos anos. Assuntos como o sistema eleitoral e partidário e representação política; função fiscalizatória do Legislativo e qualidade da democracia; carreira parlamentar; e cultura

cívica e política foram os itens pontuados durante os quatro painéis. Na abertura do evento, o presidente do Sindilegis, Nilton Paixão, falou do amadurecimento democrático do país e afirmou que o Legislativo precisa acompanhar os movimentos de seu tempo. "O Brasil superou o autoritarismo, fez a transição democrática, escreveu uma nova Constituição, aprendeu a conviver com as minorias, tomou gosto pelas eleições livres e passou a ser respeitado no restante do mundo. Em uma palavra: amadureceu. Nesse processo, o fortalecimento do Legislativo e do TCU é um caminho sem volta. Felizmente."

Personalidades renomadas levaram ao debate as perspectivas tanto da ciência política, como da mídia sobre os temas. A reforma política, em plena ebulição nas duas Casas Legislativas, foi o ponto que permeou quase todas as exposições dos palestrantes convidados.

Para o cientista político Jairo Nicolau, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, uma premissa básica da reforma política é a manutenção do sistema proporcional. Ele considera tal sistema um avanço em termos de democratização do país.

"Nenhuma nova democracia no mundo

optou pelo sistema majoritário, sobretudo o sistema distrital, que gera distorções graves, o que já foi visto em outros países", defende.

Sobre a crise de representatividade, o ministro do TCU, José Múcio Monteiro, acredita que ela é mundial. "Não podemos copiar o modelo de outros países, porque não somos iguais a eles. O Brasil é muito singular e por esta razão deve seguir um modelo único. Nossa democracia depende de cada um de nós. E a solução está na educação. Somente com uma população bem informada, deixaremos de ser o país do futuro e nos tornaremos o país do presente", observa. (APR)



Os presidentes das quatro entidades de servidores, Paulo Chaves, Nilton Paixão, Romiro Ribeiro e Bruna Mara Couto, compuseram o dispositivo de abertura, somados ao deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), um dos debatedores do primeiro painel.



Eventos comemoram o mês da mulher

Durante o mês de março, o Sindilegis, em parceria com a Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União, preparou diversas atividades para homenagear o Dia Internacional da Mulher (08). Foram atividades voltadas tanto para a reflexão, entretenimento, relaxamento, beleza, estética e saúde das servidoras.

Prêmio Bertha Lutz e Homenagens

No dia 1º, a sessão solene do Congresso Nacional, realizada no plenário do Senado em homenagem às mulheres, foi marcada pela entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. A comenda é oferecida às brasileiras que prestam serviços relevantes em defesa dos direitos femininos. O Coral do Senado interpretou o Hino Nacional durante a entrega de 200 botões de rosas brancas às convidadas.

Neste ano, as cinco premiadas foram: Maria Liége, Chloris Casagrande, Maria José Silva, Maria Ruth Barreto e Carmem Helena Foro, além da já falecida Ana Maria Vasconcelos. Nascida em 2 de agosto de 1894, a enfermeira inglesa Bertha Maria Júlia Lutz foi uma das principais responsáveis pela aprovação da legislação que deu às brasileiras o direito ao voto.

Internet e Debates

No dia 11, outro ato solene na Câmara promoveu a entrega do Diploma Carlota Pereira de Queirós e o lançamento da página “Mulheres no Parlamento”, no Portal da Casa. No mesmo dia, a TV Câmara transmitiu um debate com parlamentares, especialistas e representantes de movimentos sociais, sobre a crise econômica e os efeitos sobre a população feminina.

Lei Maria da Penha

Entre os dias 2 e 31 de março, a Exposição “5 Anos da Lei Maria da Penha – os avanços em defesa da mulher”, pode ser vista por quem percorresse o corredor de acesso ao plenário da Câmara. A mostra apresentou um histórico de conquistas femininas no país e os avanços na luta contra a violência doméstica, alcançados depois desde a promulgação da Lei 11.340/06, que tornou mais rígida a punição a quem comete alguma agressão contra as mulheres.



Myrlla Muniz faz apresentação especial em Quintas Musicais

Fuxico e Maquiagem

Especialistas também palestraram às servidoras sobre temas como saúde e trabalho, educação financeira, decoração e moda. As servidoras lotaram as oficinas de auto-maquiagem e aprendizagem de flores em fuxico. Nos encontros, houve distribuição de brindes como maquiagem, vale-lingerie, celular e pacotes de viagens.

Encarte, Performances & Quintas Musicais

No dia 31, o encerramento da programação lotou o auditório Nereu Ramos. Servidoras e visitantes participaram de uma tarde de debates e performances artísticas. O projeto “Quintas Musicais” trouxe a cantora Myrlla Muniz para um Pocket Show, além de apresentações do Coral do

Senado e do TCU. A atriz, cantora e escritora Elisa Lucinda declamou poemas e encantou a plateia. O Talk Show mediado pela jornalista Vera Morgado reuniu parlamentares das duas Casas do Poder Legislativo, artistas e servidoras. A psiquiatra, especialista em sexualidade Carmita Abdo também participou da roda de debates cujo tema era a mulher e seus diversos papéis na sociedade. O Sindilegis ainda preparou uma publicação especial feito só para elas que, ao longo do mês de março, foi distribuída nas três Casas.

Para a diretora de Igualdade de Gênero do Sindicato, Giovana Perlin, a programação conseguiu aliar questões importantes. “Com essa programação, conseguimos comemorar a data de forma leve por meio de oficinas para as mulheres e de palestras sobre os avanços do sexo feminino. Também conseguimos marcar a data de forma reflexiva, promovendo uma discussão importante para as mulheres, que, ainda configuram uma lacuna, seja no poder político, nas posições estratégicas em local de trabalho e na maior divisão em espaços sociais que são ocupados por homens e mulheres”, concluiu. (EM)



Novas parcerias do Sindicato ajudam no crescimento da renda do servidor

Ter uma vida financeira tranquila é o objetivo de muita gente. Alguns profissionais que possuem renda estável, como é o caso de muitos servidores públicos, assumem desconhecer as práticas de controle e planejamento de seus próprios rendimentos e, assim, justificam o endividamento ou a dificuldade em desfrutar de uma situação patrimonial invejável.

Segundo economistas, mesmo quem não ganha altos salários pode fazer bons investimentos e ver o dinheiro crescer – ainda que seja difícil fazer previsões para o futuro, afinal, o mercado financeiro pode ignorar os planos de muitos e seguir rumo próprio. Entretanto, quanto mais tempo tiver, o investidor poderá reagir e readequar suas ações à nova realidade que vai surgindo. Bolsa de valores, poupança ou aplicações bancárias como CDB e RDB são boas alternativas: palavras de especialistas.

Poupança

Para atingir o objetivo de "um milhão de reais" para a aposentadoria, com a idade de 60 anos, por exemplo, deve-se estabelecer metas. Quem começa a poupar seu suado dinheirinho aos 40 anos, terá 20 para cumprir o que planejou. Já quem começa a economizar aos 20 anos de idade terá um impacto menor no estilo de vida. Fica a dica: a palavra chave é poupar. E quando o assunto é economizar, o quanto mais cedo, melhor.

Títulos de Capitalização

Os investimentos como CDB e RDB garantem

o efeito "bola de neve" ou efeito juros sobre juros. Na prática, quanto mais tempo o dinheiro ficar investido, mais rendimentos são gerados e incorporados. Investir em renda variável é também uma opção para "turbinar" a rentabilidade dos investimentos.

Pensando em todas as possibilidades que podem trazer melhorias na vida dos filiados, o Sindilegis firmou parceria com a Mundial Investimentos. A empresa é focada na prestação de serviço de assessoria financeira e qualificação de investidores.

Curso

O curso Aprenda a Investir na Bolsa de Valores já foi ministrado para mais de 150.000 pessoas. Trata-se do curso de finanças número um em vendas em todo o Brasil. É indicado para iniciantes ou investidores intermediários e oferece uma visão completa de como começar a investir na bolsa de valores.

O programa tem 10 horas de duração e traz temas como: caráter legal e responsabilidades no mercado de ações, diferenças entre escolas de análise de empresas (Fundamentalista e Técnica), Home Broker, Tributação, Custos Operacionais, Aluguel de Ações, Derivativos Financeiros. E o principal: ensina aos participantes como montar uma carteira de ações. Para os filiados e dependentes, o desconto é de 20% para o curso Aprenda a Investir na Bolsa de Valores. O pagamento pode ser feito via boleto bancário ou dividido em até 10x nos cartões Visa e Mastercard. (EM)

Confira as novas parcerias firmadas com o Sindilegis:

IBI - Instituto Brasileiro de Idiomas
Desconto: 20% nos cursos em todos os níveis (regular, intensivo, In Company, VIP). QSA 12 Lt 05 - Taguatinga Sul. Tel.: (61) 3042-5126 / 8475-2583. www.ibicursos.com.br

Tutores Reforço Escolar Multidisciplinar
Desconto: 10% no serviço de acompanhamento escolar. SGAN 910 Conj H Casa do Ceará - Asa Norte/DF. Tel.: (61) 3273-3341/3202-8935.



FAESNE - Ensinare Faculdades

Desconto: 10% nos cursos preparatórios para concursos públicos e extensão universitária telepresenciais. Rua Odon Bezerra, 184, 2º andar Tambiá Shopping - Escritórios - João Pessoa/PB. Tel. (83) 3214-4209 / 3222-5959. Av. Canal, 751 A, Centro - Campina Grande/PB. Tel.: (83) 3322-7703. www.ensinefaculdades.edu.br

Central Seguros

Desconto: 25% em seguros automotivos nas seguradoras Porto Seguro, Sulamérica, Itaú Unibanco. SHIS QI 11 Bl O sala 312 - Brasília/DF. Tel.: (61) 4141-1800 / 8250-6536 (falar com Rodrigo Amorim). / www.corretoracentral.com.br sindilegis@corretoracentral.com.br

Mundial Investimentos

Desconto: 20% no curso Aprenda a Investir na Bolsa de Valores. Pagamento via boleto bancário ou dividido em até 10 x nos cartões Visa e Mastercard. SHS Qd. 6 Conj. A, Bl C sala 1019 - Asa Sul/DF. Tel.: (61) 4063-6601. www.mundialinvestimentos.com.br



Academia Fit 21
Desconto: 20% no plano Fit Total. CLSW 104 Bl C Subsolo - Sudoeste - Brasília/DF. Tel.: (61) 3963-6060.

Escola Oficial do Legião

Desconto: 25% sobre a matrícula e mensalidade na escola de futebol. SCS Qd 2 Bl D Ed. Oscar Niemeyer sala 508 - Brasília/DF. Tel.: (61) 8402-1884. www.escoladolegiao.blogspot.com



Tem uma ideia à mão?

Envie para o Sindilegis

A Diretoria Cultural do Sindilegis lança seu segundo edital para captar talentos entre os servidores das três Casas. O programa de cultura da entidade começou a receber no dia 29 de março, projetos nas diversas áreas, como artes plásticas, musical, literária e teatral, visando alcançar a criatividade do servidor.

Mais uma vez, o Sindicato concederá a oportunidade aos filiados de lançarem seus sonhos – aqueles antigos projetos, engavetados, ou até mesmo empoeirados-, e enviarem para a entidade e concorrerem a patrocínio para verem suas ideias alçando voo.

Para isso acontecer, basta ler o edital e preencher o formulário para, quem sabe, estar entre os vencedores do concurso cultural. Envie os documentos pelos Correios ou entregue na sede do Sindicato.

As inscrições, gratuitas, ficarão abertas até o dia 28 de abril. Você pode enviar ao Sindilegis quantos projetos quiser. Mas fique

atento: apenas um deles será o escolhido. O valor destinado a cada projeto será de até R\$ 6 mil reais. Acesse o portal do Sindilegis www.sindilegis.org.br, leia o edital e inscreva-se. Informações: (61) 3214-7319.

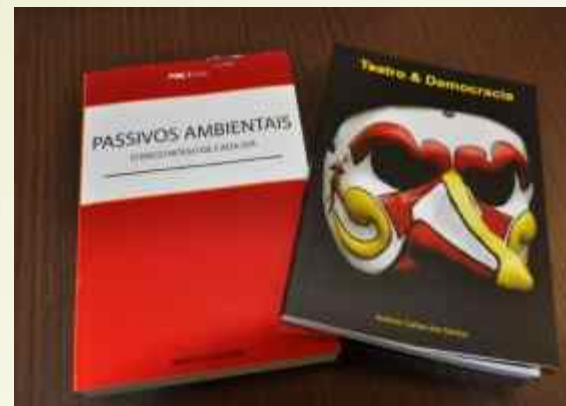
Em 2010

Dois projetos premiados pelo Edital Cultural do Sindilegis 2010 foram executados e já repercutem no meio literário. "Teatro e democracia", de Antônio Carlos dos Santos, e "Passivos Ambientais – O risco nosso de cada dia", de Marcelo Quintiere, foram publicados e estão disponíveis para aquisição nas livrarias.

Ambos os autores são servidores filiados ao Sindicato e foram contemplados pelo Programa Cultural de 2010 da entidade.

Sobre os livros

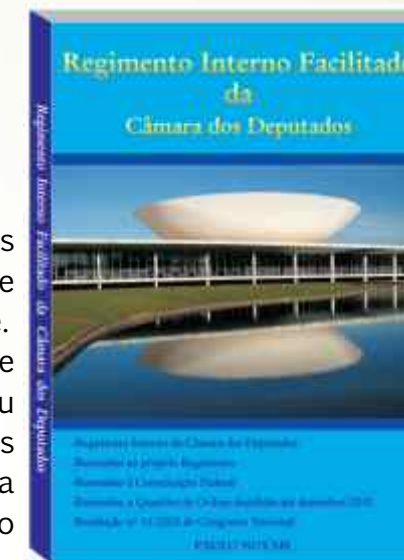
Teatro e democracia: didático, o livro busca o público infanto-juvenil, explicando passo a passo o que é o processo educacional, bem como o democrático. De forma lúdica, o autor utilizou trechos de peças teatrais para ilustrar as explicações sobre cada processo. Publicação independente – 166 páginas.



Outras produções

Regimento Interno Facilitado da Câmara dos Deputados

Ler, escrever e partilhar conhecimento. Essas têm sido as premissas de muitos servidores das três Casas que encontram tempo, além de seus expedientes, para dividirem os seus saberes com a sociedade. Paulo Novais, servidor de carreira da Câmara dos Deputados desde 1993, é um exemplo. No dia 22 de março, lançou a edição de seu primeiro livro "Regimento Interno Facilitado da Câmara dos Deputados". Em pequena solenidade, que contou com a presença de parlamentares e do presidente do Sindilegis Nilton Paixão, o servidor pôde mostrar uma nova perspectiva do regimento da Casa. Elogiado por todos os presidentes, o compêndio ganhou até um blog para a venda específica. No ambiente virtual, há também espaço para discussão de temas e situações relevantes acerca das práticas legislativas. Para conhecer mais sobre a obra e até encomendá-la, basta acessar www.paulonovais.com.br.



2022: Propostas para um Brasil melhor no ano bicentenário

Para aqueles que têm interesse em macroeconomia, como consultores da Câmara e Senado, além de auditores do Tribunal de Contas da União, no dia 31 de março, Fábio Giambiani e Claudio Porto reuniram vários nomes e lançaram "2022: Propostas para um Brasil melhor no ano bicentenário". O livro possui contribuições de um grupo de economistas e abrange um conjunto de trabalhos que evidenciam os possíveis cenários de crescimento para o Brasil até 2022.

Os trabalhos apresentados pelos autores fomentam novas reflexões e debates acerca da atual situação do país, uma vez que a inflação voltou a ameaçar o crescimento contínuo do país, o câmbio está excessivamente valorizado, o regime fiscal está piorando de qualidade e o mundo desenvolvido ainda vive uma situação de inusitada dificuldade, além de outras possibilidades analisadas para um futuro bem próximo. Editora ELSEVIER, 312 páginas. (AS)



História de estrofes e títulos

Mulher de *palavras*

Quando perguntada sobre a matéria-prima que compõe seus textos, a poetisa e romancista Marlene Henrique respondeu com convicção: “a emoção”. Aposentada há 20 anos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP), as palavras sempre fizeram parte da vida da servidora.

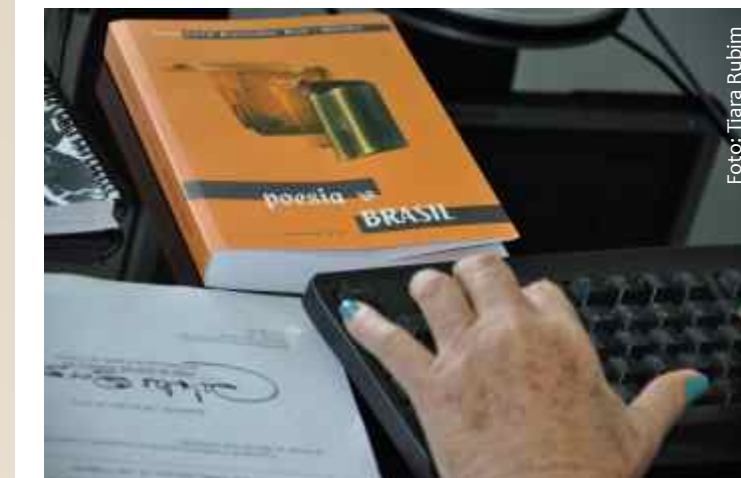
Viúva, mãe de dois filhos e avó de três netos, Marlene, natural de Vila Lara - Ceará -, escreve sobre a terra natal, lugares que visitou e Brasília, cidade onde reside atualmente. “Tudo começou na época do colegial, quando colecionava poemas sem publicar. É um processo intuitivo, o qual eu me esmero muito. Cada livro que nasce, tanto de prosa como de poesia, é uma paixão”, confidencia.

Formada em Pedagogia e Assistência Social, Marlene tem obras publicadas em coletâneas literárias do Brasil e de outros países. São sete livros publicados, três aguardando publicação. Dessas obras, quatro foram escritas em versão bilíngue para que, segundo a autora, todos pudessem entender a sua mensagem. Nesse sentido, Marlene mantém contato com artistas e participa de encontros culturais em Cuba, Argentina, México, Romênia, Uruguai e Canadá.

Para a escritora, a maior dificuldade nesse processo é que seus “escritos não conseguem viver pela própria obra”. “É uma batalha diária. Com muito amor, resignação e luta, temos que fazer, patrocinar e distribuir os livros”, desabafa.

Integram a carreira de Marlene Henrique o título de cidadã pioneira da cidade do Guará em 1998, o de representante do *Proyeto Cultural Sur*, o diploma de cidadã honorária de Brasília e o de Honra ao Mérito por divulgação da Língua Portuguesa, todos em 1999.

Em maio, será lançado o novo livro da autora: “Nenhum caminho, nenhum lugar”. Com o prefácio de Wilfrido Martínez e comentário de Roberto Biachi, Marlene considera esta a mais lírica de suas obras. “Para onde caminha a humanidade? Não temos um lugar ainda definido. O caminho certo é traçado para cada pessoa”, acredita. (TR)



Bibliografia:

Nas Dobras do Corpo (1997), Como Ensinaemos Uma Cidade a Ler (1998), As Filhas de Adão e Eva (2000), Fragmentos de Emoções (2001), Breviário Lírico do Coração (2001), Canas Verde-azuladas (2004) e Poesia Novo Milênio.

Antologias:

Espelhos de la Palabra (1999), Poesia do Brasil (2000); Coletânea Letras de Babel (2004) e Círculo de Poesia (2004).

“Fantástica cidade

*Brasília, hóstia de vidro do
planalto,
De silenciosa amplitude,
sedutora cidade de suave
forma,
Via Láctea do cerrado,
estrela desterrada.
Cidade das campinas
planas
e de fresco azul.
Cidade de eterna poesia”.*

Marlene Henrique